Revista ethne

# TERRITORIALIDADES CIGANAS – COMPREENDENDO DINÂMICAS CULTURAIS E ESPACIAIS

Ricardo Pereira da Costa[1]
Eurico Lopes Costa[2]

**RESUMO**: Neste artigo trataremos de identificar como é a vivência dos ciganos, suas histórias, lutas, vitórias, derrotas, pelo viés da territorialidade, isto é, da sua itinerância. Isso envolve a vontade de viver num ambiente em que lhe proporcione vida digna, não como escória da sociedade, mas como símbolo de resistência histórica. Colocamos em evidência situações memoráveis como os Calon de São Gabriel, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e os de Sousa, na Paraíba. A territorialidade cigana foi marcada por múltiplas peregrinações, vivendo em espaços híbridos, não-lugares, bem como os anseios em meio a um lugar antropológico, que nem sempre é na base do nomadismo, e igualmente, o sedentarismo. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão de literatura e nos levou a concluir que não é possível definir uma territorialidade padrão para todos os ciganos, mas manifestações de mobilidade e sedentarismo de acordo com a situação vivenciada nos mais diversos contextos.
**PALAVRAS-CHAVE**: Territorialidades; Cigano; Itinerância; Espaço.

## GYPSIES TERRITORIALITIES - UNDERSTANDING CULTURAL AND SPATIAL DYNAMICS

**ABSTRACT:** In this article we will try to identify how the gypsies live, their stories, struggles, victories and defeats, through the lens of territoriality, that is, their itinerancy. This involves the desire to live in an environment that provides them with a dignified life, not as scum of society, but as a symbol of historical resistance. We have highlighted memorable situations such as the Calon of São Gabriel, in Belo Horizonte, Minas Gerais, and those of Sousa, in Paraíba. Gypsy territoriality has been marked by multiple pilgrimages, living in hybrid spaces, non-places, as well as longings for an anthropological place, which is not always based on nomadism, but also sedentarism. The research was developed through a literature review and led us to conclude that it is not possible to define a standard territoriality for all gypsies, but rather manifestations of mobility and sedentariness according to the situation experienced in the most diverse contexts.
**KEYWORDS**: Territorialities; Gypsies; Itinerancy; Space.

## INTRODUÇÃO

Ao escrevermos sobre a territorialidade relacionada aos ciganos itinerantes, trazemos uma breve análise dos processos fundiários. Descrevemos como é a relação sobre os espaços, áreas públicas e privadas, seja temporal ou permanente e como alguns ciganos Calon fixaram raízes em espaços urbanos e rurais, de forma sucinta. É uma discussão controversa devido à complexidade de regularização territorial.

A legislação vigente tem contribuído para os ciganos terem seus direitos assegurados. No artigo 5º da Constituição Federal está escrito: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade

[1] Mestre em Ciências da Religião. E-mail: rp.costa1960@gmail.com
[2] Especialista em Antropologia Intercultural. E-mail: euricolc@hotmail.com

[...]" (BRASIL, 1988, s/p). Temos também a Lei 7.716, Art. 1°: "Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional" (BRASIL, 1988, s/p).

Nossa pesquisa é voltada para o povo cigano Calon, sua territorialidade e sua vivência no tocante às transposições do nomadismo ou itinerância para o estilo sedentário, buscamos analisar com brevidade essas relações homem-espaço. Uma pesquisa sobre a temática é um grande desafio, porque segundo o antropólogo Frans Moonen, "(...) a bibliografia sobre ciganos no Brasil é muito reduzida por causa da quase inexistência de antropólogos e outros cientistas que realizaram pesquisa sobre ciganos brasileiros" (MOONEN, 2011, p. 5). Isso é a consequência de um fenômeno de invisibilidade dos ciganos itinerantes que, conforme Augé (1994) movimentam-se nas rodovias, trevos, viadutos etc., ou seja, os não-lugares.

Essa pesquisa se caracteriza por ser qualitativa, quanto aos objetos é uma pesquisa descritiva porque busca "descrever fatos e fenômenos de determinada realidade" (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 35). Nossa metodologia utiliza os princípios do método qualitativo e bibliográfico ou documental, buscando tanto a referência teórica acerca do problema levantado, como o devido conhecimento e a interação entre o pesquisador e o material reunido referente ao povo.

O levantamento de dados bibliográficos – impressos ou pela internet - foi em consonância aos órgãos sociais pertencentes ao governo Municipal, Estadual e Federal, bem como matérias jornalísticas, livros de antropólogos que se importam com a causa cigana, pois necessitamos ter acesso a algumas informações sobre os grupos (mesmo em regiões diferentes), para uma análise ética das circunstâncias em que vivem. No desenvolvimento da pesquisa foi utilizada uma perspectiva teórico-metodológica onde seu resultado foi fruto de leituras e dados colhidos dos referidos materiais. O resultado foi um diálogo entre diversos autores.

## ORIGEM DOS CIGANOS

De cultura heterogênea, eles se atribuem em subdivisões com os etnônimos de Calon, Rom e Sinti. Mais adiante trataremos sobre cada um deles especificamente. Em outras nações são conhecidos por Roma, povos Romani ou Rom. A jornalista Isabel Fonseca afirma que: "A origem indiana dos ciganos é conhecida dos estudiosos desde o século XVIII, quando os linguistas europeus se deram conta de que havia em sua meio gente que falava uma língua oriental" (FONSECA, 1996, p. 104). É um grupo étnico que está presente em

vários Países. Na Europa está em grande número na Romênia, Sérvia, Bulgária, Eslovênia, França, Itália, Portugal, Espanha, entre outros. Nas Américas temos ciganos nos Estados Unidos, Brasil, Peru e na Argentina. Eles falam a língua do país em que habitam, e tem uma linguagem própria e restrita. Vivem sua história através da oralidade, e, portanto, o material de pesquisa escrito por eles é escasso.

A história geral fornece informações a respeito da perseguição que sofreram ao longo de sua vida, registramos, no entanto, que foram massacrados, conforme Moonen (2011, p. 71) denuncia as horrendas atrocidades como "tratamento desumano, as terríveis experiências médicas, as câmaras de gás e os crematórios, e outros tantos horrores cometidos pelos alemães nestes campos de concentração, supomos suficientemente conhecidos por todos". Não conformados, "estima-se que 250 a 500 mil ciganos foram assassinados pelos nazistas. Os números exatos nunca serão conhecidos, mas todos os documentos provam que os judeus não foram as únicas vítimas da perseguição racista nazistas" (p. 71). Certamente, o preconceito vem de longas datas, porque "a única diferença é que o holocausto judeu, e com justa razão, até hoje sempre costuma ser relembrado e não faltam memorias para lembrar isto, inclusive Auscwitz" (p. 71). Para efeitos de comparações entre o antissemitismo e o anticiganismo, "o holocausto cigano, no entanto, costuma ser varrido debaixo do tapete, costuma ser simplesmente ignorado ou esquecido, como algo de menor importância ou, pior ainda, como algo que nunca aconteceu" (p.71). Há indícios que houve campos administrados pelo nazismo na França, na qual setores foram administrados por nativos. Os ciganos estavam cercados por todos os lados, como é visível por toda a história deles.

*Etnias ciganas*

Conforme Moonen (2011) define-se aqui por cigano, como cada indivíduo que se considera membro de um grupo étnico que se auto identifica como Rom, Calon e Sinti (grandes grupos), ou um de seus inúmeros subgrupos, e é por ele reconhecido como membro. Segundo Barth (2000) a identidade étnica está relacionada autoidentificação e identificação por outro, o que implica um processo que envolve suas próprias convicções, história, consciência, relações, entre outros.

Conforme Moonen (2011) enumera-se três grupos distintos etnicamente de ciganos: Temos os Rom, que são um grupo que portadores da língua romani, também são conhecidos como Roma, entre eles existem subgrupos menores, Matchuaia, Kalderash, Lovara, Curara, também outras nominações. Suas localidades são os países dos Balcãs, e a partir daí saíram em migração no século 19 para outras localidades da Europa e Américas.

Temos os Sinti, que também recebem o etnônimo de Manouch. Na França, Itália e Alemanha a língua falada por eles é o sintó. E os Calon, também conhecidos por Kalé, vivem nos países da região ibérica, como Portugal e Espanha. Também são chamados de Gitanos. Estes foram deportados e migraram para outras regiões a América do Sul, principalmente. Também existem subgrupos que ficaram conhecidos por suas atividades profissionais: (Kalderas que é igual a caldeireiros; Ursari que é igual a domadores de ursos) foram nomeados por suas regiões geográficas (Móldovia, Piemontesi), não apenas denominações, mas também falam línguas ou dialetos diferentes.

Segundo Moonen (2011), iremos encontrar mais informações a respeito dos Rom, que se consideram os verdadeiros e autênticos, os mais nobres entre os ciganos. E assim consideram os outros como pessoas de segunda ou terceira classe. Pensam ser os mais puros, sendo assim antropólogos e linguistas, buscam os autênticos para suas pesquisas, pelo fato de terem conservadas sua cultura e língua tradicional. A maioria dos estudos trata dos ciganos Rom. Por haver menos material escrito, este olhar não representa o ideal, pois cada povo tem suas especificidades e merecem a atenção da academia.

É colocado o nomadismo como possível causa de não haver estudos maiores entre os Calon, logicamente não é justificável o fato de serem esquecidos pelos ciganólogos. San Roman (1979 apud MOONEN, 2011) dá o exemplo da Espanha onde não existem pesquisas profundas a nível histórico e antropológico sobre os Calon, onde quase todos são sedentários. A situação da França nos mostra segundo Liégeois (1987 apud MOONEN, 2011) o grupo Rom que proporcionalmente é bem menor, é estudado, e os demais grupos, muito maiores, foram deixados de lado. Na maioria dos casos os ciganos Sinti e Calon não entram em suas pesquisas. De acordo com Shimura (2017), em outros países existem outros grupos que eventualmente podem ser incluídos, tais como os Banjara (Índia), os Dom ou Domani (África), os Lom (Armênia) e os Romanichal (Reino Unido). Em alguns países, especialmente na Europa Ocidental podem ser encontrados grupos comumente reconhecidos como "ciganos", como é o caso dos Pikey (conhecidos como Pavee ou Viajantes Irlandeses) e os Quinquilheiros em Portugal.

*Ciganos no Brasil*

Conforme Teixeira (2008) a história da chegada de ciganos ao Brasil colônia de Portugal, dá-se através do relato dos anos de 1560 a 1570. O senhor João Giciano, que tinha a naturalidade do reino grego, juntamente com sua esposa e catorze filhos, foi acusado do roubo de dois animais de carga (burros), após julgamento a sentença foi ser açoitado e pagar

sua pena como remador de galé. Sua situação era precária, pois além da idade de ancião com 75 anos sua mão esquerda era aleijada, sendo assim ele não serviria para um trabalho deste porte, ao pedir comutação da pena ao rei, foi lhe dado a seguinte sentença em janeiro de 1562, comutou-lhe a pena em degredo para o Brasil, portanto a família cigana que chega ao solo brasileiro, não vem por livre opção segundo os historiadores, mas através do degredo, deixar a capital do reino não seria a melhor opção para os moradores da época.

De acordo com este autor,

> Quase nada sabemos sobre os ciganos brasileiros na atualidade (...) as pesquisas até agora realizadas no Brasil provam a existência de ciganos de pelo menos dois grupos diferentes: os Calon que migraram para o país, voluntária ou compulsoriamente, já a partir do Século XVI, e os Rom que, ao que tudo indica, migraram para o Brasil somente a partir de meados do Século XIX (TEIXEIRA, 2008, p. 28).

Os Rom são ciganos extra ibéricos, e a respeito dos ciganos Sinti, também originários de regiões extra ibéricos, não existem documentos detalhando suas migrações, o que existe é a especulação de que "nenhuma publicação trata de ciganos Sinti, mas que com certeza também devem ter migrado para o Brasil, junto com os colonos alemães e italianos, a partir do final do Século XIX" (TEIXEIRA, 2008, p. 28).

Ainda de acordo com o autor supracitado, dados oficiais de 1819 a 1959 migraram para o Brasil 5,3 milhões de europeus, dos quais 1,7 milhão eram portugueses, 1,6 milhão italianos, 694 mil espanhóis, 257 mil alemães e 125 mil russos. No desembarque registrava-se apenas a nacionalidade do imigrante, e não a sua identidade étnica. Então a probabilidade de estar entre estes migrantes, aproximadamente dois milhões de pessoas de várias nacionalidades, italianos e alemães, estejam presentes os ciganos Sinti, no período antes e pós Segunda Guerra Mundial.

Entre os estudiosos da ciganidade, nenhum autor brasileiro faz referência a subgrupos Calon com denominações específicas. Também não existem dados sobre o número de ciganos no Brasil atual, nem sobre a sua distribuição geográfica. Os censos demográficos brasileiros nada informam sobre ciganos ou indivíduos que são identificados ou se auto identificam como tais, e até hoje ninguém se interessou. "Dispomos de dados demográficos detalhados, bastante confiáveis e constantemente atualizados sobre quase todos os povos indígenas no Brasil, mas nada sabemos sobre a demografia das minorias ciganas" (TEIXEIRA, 2008, p. 28).

Quanto ao recenseamento de ciganos no Brasil, até hoje, nem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), responsável pelos censos demográficos oficiais, nem qualquer outra instituição de pesquisa demográfica, nem qualquer Organização não

Governamental (ONG), nem cientista algum tem feito um levantamento sistemático e confiável da população cigana. Pouco se sabe sobre o número de ciganos itinerantes, nômades, seminômades e sedentários atualmente existentes no Brasil, e raras informações a respeito de sua distribuição geográfica. A população cigana no país ocupa boa parte das regiões geográficas, estão presentes no cotidiano da nação. Segundo o censo de 2010mais recente constatou-se "a existência de acampamentos em 291 das 5.565 cidades brasileiras" (IBGE, 2010).

*Ciganos Calon itinerantes*

Em uma dada entrevista, o cigano Calon chamado Antônio Alves Pereira, integrante do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná afirma que "antes da pandemia, já era difícil para os ciganos, principalmente os itinerantes, quando chegam numa cidade. São malvistos, tem aquelas lendas preconceituosas que se criam sobre o nosso povo" (UOL, 2020).

Ao falar sobre ciganos Calon itinerantes, iniciamos pelo aspecto linguístico existente, a proteção do idioma, que é algo sagrado, servindo como autoproteção, eles não ensinam sua língua, e caso você esteja entre eles sendo um gadjo (não-cigano) o ideal é não fazer perguntas ou anotar os significados das palavras, só após estabelecer-se confiança é que se abre a possibilidade para que eles passam ensinar aos não-ciganos. Para adentrar no universo dos Calon itinerantes contamos com Moonen, pois há discussões entre a ciganidade sobre cujo fato de ser sedentário é perda de identidade cigana ou não. Infelizmente, por essa razão, uma parte dos "[...] ciganos ainda se discriminam por outro motivo: os ciganos sedentários muitas vezes olham com desprezo para os ciganos nômades que persistem nessa vida 'primitiva', enquanto os nômades acusam os sedentários de terem abandonado as tradições, e com isto terem deixado de ser ciganos" (MOONEN, 2000, p. 6).

De acordo com Shimura (2017) "existem vários tipos de calon no Brasil, dentre os quais nômades, seminômades e sedentários, pobres e ricos, modernos e tradicionais, e por isso não é correto generalizar nem para uma condição nem para outra, como o fazem erroneamente alguns escritores" (p. 48). Vivendo como nômades ou itinerantes, mas, às vezes compulsoriamente, os Calon tem suas jornadas rumo à sedentariedade. Algumas famílias Calon tem um estilo de vida dinâmico, cheio de movimentações pelo solo brasileiro, e mesmo assim, não significa, necessariamente, prática comumente cultural.

Chamamos a atenção para o relato vice-presidente da Associação Social de Apoio Integral aos Ciganos (ASAIC): "Meu nome é Valdir. Sou cigano Calon. Vivi durante 35 anos

em barracas, viajando pelo Brasil afora. Por experiência própria – e não contada – sei o que é ser cigano e suas implicações no Brasil" (APOLINÁRIO, 2017). Portanto, este cigano Calon pode nos informar a respeito de seu povo, pois é uma personagem que tem autoridade para relatar sua vivência e de seus patrícios. Na itinerância, ele relata no prefácio do livreto Direitos Básicos dos Ciganos, uma cartilha que pretende passar informações para a sociedade brasileira a respeito de quem são os ciganos, a origem e a história, a diversidade étnica e cultural. Sobre a língua, lembrando que no Brasil a maioria dos ciganos são bilíngue, falam além do português um idioma étnico, no caso, o chibi.

Quanto às atividades laborais, vivem como autônomos na maioria das vezes, do comércio, alguns a vender toalhas, panos de pratos, panelas, cobertores, sapatos, roupas, negociam carros e equinos etc. Existem aqueles que vivem de artes divinatórias como a "leitura de mãos", entre outras atividades. Para efeito de comparação existem entre os Calon formas diferentes de convívio na sociedade. Alguns trazem marcas de tatuagens, outros dentes de ouro, existem os nômades, seminômades e os sedentários, e não podemos achar que são homogêneos. A população brasileira é marcada pelas desigualdades sociais. No nível de comparação, encontramos estados ricos e pobres na nação ele é encontrado entre os Calon, tem os tradicionais e aqueles que preferem uma forma moderna de viver.

Shimura (2017), cientista social e pesquisador cigano afirma o seguinte:

> Conheço ciganos turcos, armênios, romenos, macedônios, moldavos, argentinos, americanos, espanhóis, além de ciganos brasileiros dentre os Rom, Calon e Sinti em pelo menos treze estados brasileiros, e baseado em minha experiência o que eu posso dizer é que a única afirmação comum a todos é: "eu sou cigano". É a afirmação que perpassa a todos e revela a macrociganidade. Os complementos dessa afirmação manifestam as microciganidades: "sou cigano Rom turco", "sou cigano Calon gaúcho e testemunha de Jeová" etc. (p. 25).

A origem dos pais é a que prevalece, o cigano pode ter nascido em um estado diferente das origens de seus pais ou avós, mas o que valida sua categorização é a origem dos progenitores. Também "(...) a maioria dos ciganos turcos, por exemplo, falam um dialeto próprio, usam determinados tipos de vestes, são islâmicos e mora em guetos, o que difere em muito dos Calon mineiros de Belo Horizonte, itinerantes, católicos, que falam a língua chibi." (SHIMURA, 2017, p. 25). Sobre os usos e costumes, quanto à vestimenta dos Calon, as mulheres do grupo são identificadas nas cidades pelos seus vestidos coloridos. Na maioria das vezes com muitas rendas, algumas no ofício de ler a sorte dos transeuntes. Já os homens usam roupas e chapéu de cowboy, na maior parte deles.

Em seguida trataremos mais detalhadamente as questões que envolvem lugar, espaço, não-lugar, territorialidade, itinerância, nomadismo, semi-sedentarismo e

sedentarismo, devido à uma forte ligação entre os ciganos e os espaços geográficos, principalmente quando este se torna o lugar antropológico.

## O TERRITÓRIO COMO EIXO IDENTITÁRIO DO CIGANO ITINERANTE

*Lugar, Território e Espaço.*

A territorialidade tem muito a ver com os anseios do povo cigano, que para eles, tal território é um lugar antropológico, que dentre a ciganidade Calon é visível os aspectos transitórios, itinerante, nômade, bem como o do sedentarismo, a respeito de tais circunstâncias trataremos posteriormente no presente artigo. Todavia, não há como negar que uma das buscas do indivíduo Calon, de cultura múltipla e heterogênea, pois encontrados espalhados por quase todo o território brasileiro, arraigado de pertencimento histórico por variados espaços, lugares e territórios, o que será explorado nas próximas seções.

Vamos delineando 'pelo lugar', a respeito do qual o próprio Schneider (2015) fazendo alusão ao pensamento de Marc Augé, menciona que espaço é toda variedade que ocasiona certo conforto, expressa ligação sentimental, amor ao ambiente em que se vive, a culminar numa existencialidade de expressão cultural, no âmbito social em sua volta, admitindo que haja importância nessa atmosfera espacial local. "O núcleo do conceito de lugar para Augé é próximo dos conceitos da geografia humanista onde lugar é o espaço vivido, do cotidiano, e que carrega consigo a afetividade e a memória" (p. 68). Ainda defende que o espaço tem sua peculiaridade, porque apresenta descrições e características do âmago identitário, historicidade, bem como relacionais (indivíduo-espaço-indivíduo). "Inclui ainda a possibilidade dos percursos que nele se efetuam, dos discursos que nele se pronunciam e da linguagem que o caracteriza" (SCHNEIDER, 2015, p. 69).

Este lugar que Schneider (2015), supracitado, com relação à definição de Augé, compara com a dos teóricos da geografia humanística, é chamado de "topofilia (ligação afetiva entre a pessoa e o seu espaço de vivência)" (p. 67). O mesmo autor, concluindo um dos aspectos do conceito de topo filia, um termo criado pelo geógrafo Yi-Fu Tuan, "acentua a importância da transdisciplinaridade no estudo da categoria lugar destacando a ênfase que deve ser dada à percepção ambiental, ao simbolismo da paisagem, à cultura, estética, entre outros aspectos" (p. 67).

O oposto do lugar, é o não-lugar, termo que ganhou fama devido às irreversíveis consequências da supermodernidade. A respeito desse não-lugar, Augé (1994) aborda que "(...) a supermodernidade é a produtora de não-lugares, isto é, espaços que não são em si,

lugares antropológicos...” (p. 73). Então, o que são esses não-lugares? Segundo Augé (1994), “são os pontos de trânsito (...), as vias aéreas, ferroviárias, rodoviárias, e os domicílios móveis considerados ‘meios de transporte’ (aviões, trens, ônibus), os aeroportos as estações e as estações aeroespaciais, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer” (p. 74). Esses não-lugares tem perfil de transitoriedade, pois “os pontos de trânsito e onde se desenvolve uma rede cerrada de meios de transporte que são também espaços habitados” (p. 74), promovem o individualismo indigente, por que ninguém conhece praticamente nenhum em sua volta, e repentinamente qualquer um se esvai. Anônimos, todos que transpõem nessa atmosfera ambulante, não têm tempo de desenvolver qualquer sentimento nutrido pelo encontro indivíduo-espaço, ou qualquer relação interpessoal, tornando-se nulas. Onde se predomina o consumismo, por meio das “máquinas automáticas e dos cartões de crédito renovado com os gestos do comércio ‘em surdina,’ um mundo assim prometido à individualidade solitária, à passagem ao provisório e ao efêmero” (p. 74).

Para Augé (1994) esses não-lugares são até as transmissões de rede de cabos, telefone, conexão de internet, rádio, celular, cujos não trazem fatores relacionais dos indivíduos à tona, porém dá aos mesmos, uma inusitada estranheza comunicacional, e o personagem se vê representado por sua imagem e/ou voz. Recentemente, numa entrevista a um jornal espanhol, Augé afirmou que “as tecnologias alteram espaço e tempo: você pode entrar em contato com alguém em qualquer lugar e circunstâncias, mas relacionar-se com os outros implica dedicar tempo e espaço específicos a isso. É paradoxal: as redes sociais estão destruindo as relações sociais” (EL PAÍS, 2019). Esses não-lugares da supermodernidade tornaram superficiais as relações interpessoais, por isso que ocupam a tal categoria espacial.

Augé é enfático e preciso na sua concepção de não-lugar, por isso explica com todas as letras que esses espaços são extremamente hostis à dignidade, relações humanas e espírito de fraternidade, pois todos os indivíduos de passagem, em trânsito, que atravessam os não-lugares, não o preenchem, mas vagam solitários, consumando-se em total indiferença, trazem consequências mais densas principalmente aos marginalizados, moradores de rua, trabalhadores, ambulantes, grupos étnicos, etc., um horror onde se impera o egocentrismo urbano.

E o espaço? Augé e outros antropólogos têm concepções distintas, pontos de vistas em grau e gênero não tão distantes. Pois é, diferentemente do lugar e o não-lugar, “o termo ‘espaço’, em si mesmo, é mais abstrato do que o de ‘lugar’, por cujo emprego referimo-nos, a um acontecimento (que ocorreu), a um mito (lugar-dito) ou a uma história (lugar histórico)” (AUGÉ, 1994, p.77). Igualmente às leis da física e geometria, o autor nos indica as

semelhanças em que classificam o espaço como um lugar não antropológico necessariamente, o espaço "se aplica indiferentemente a uma extensão, a uma distância entre duas casas e dois pontos (deixa-se um 'espaço' de dois metros entre cada moirão de uma cerca), ou a uma grandeza temporal ('no espaço de uma semana')" (p.77).

Em sua concepção, por ser abstrato, o termo ocupa áreas diversas profissionais e ambientais, como espaço aéreo, (terminologia utilizada para controladores e pilotos, bem como os profissionais de tráfego aéreo) e espaço publicitário utilizado pelas empresas midiáticas. A antropóloga portuguesa Filomena Silvano, nos traz ricas informações a respeito, pois ela afirma que "há o espaço pensado como representação e o espaço pensado como realidade material" (SILVANO, 2017, p.14).

Em termos de realidade, a categoria do entendimento ganha força em Émile Durkheim (2003, p. 13), acentua que o espaço é definido como "coisas sociais, produtos do pensamento coletivo". Na representação, campo imaginário e materializado, Durkheim continua explicando essas coisas da sociedade e a produção originada pela coletividade, afirmando que a "representação espacial consiste essencialmente numa primeira coordenação introduzida entre a dada experiência sensível, mas tal coordenação seria impossível se as partes do espaço se equivalessem quantitativamente, se realmente fossem substituíveis entre si" (DURKHEIM, 2003, p.14). Um aspecto da heterogeneidade espacial, ou seja, suas diferenciações, representadas por alguns termos da geografia e geometria, que em tese, para o autor a possibilidade de "[...] dispor espacialmente as coisas, precisamos situá-la diferentemente: pôr umas à direita, outras à esquerda, estas acima, aquelas em baixo, a norte ou a sul, a leste ou a oeste, etc., etc" (DURKHEIM, 2003, p. 15).

Para exemplificar essa relação entre organização social e espacial, Silvano nos informa que os Zunis "organizam o universo a partir de uma divisão do espaço em sete regiões (Norte, Sul, Oeste, Este, Zénite, Nadir e Meio) e essa organização corresponde à organização clânica da sociedade" (SILVANO, 2017, p. 17). Por fim, segundo Silvano (2017) o espaço é como se fosse algo que molde o grupo étnico ou de maneira natural o mesmo pode moldar-se a ele, pois "logo que o grupo é inserido numa parte do espaço transforma-a à sua imagem, mas ao mesmo tempo submete-se e adapta-se a coisas materiais que lhe resiste" (HALBWACHS, 2013, p. 130).

Numa perspectiva antropológica e sociológica, espaço ocupa diversos campos, seja material ou real, imaginário e representativo, ocupa certa lógica, o óbvio em vários aspectos como nos supracitados até então. O homem ocupa o espaço e um fenômeno é descrito por

Durkheim (2003), que acentua, "assim a organização social foi o modelo da organização espacial, que é um como que decalque da primeira" (p.15).

*Ciganos e sua relação com o espaço*

Na bandeira cigana, a rodagem vermelha, fica visível a importância do aspecto territorial itinerante em que uma boa parcela das muitas etnias vivencia. Tendo em vista que a territorialidade é um ponto crucial no que concerne às relações identitária e étnica da ciganidade, não há como negar que eles padecem em certos lugares antropológicos, ou mesmo no não-lugar, até mesmo o espaço. Para a geografia humanística e cultural descrita pelo geógrafo Vaz "esse espaço resulta não apenas das transformações econômicas, mas também das condições psicológicas e físicas dos indivíduos e das sociedades, sobretudo da experiência de vida de cada pessoa e as heranças culturais coletivas" (VAZ, 2009, p.84). Essa questão de localidade é muito séria para quem vive no nomadismo e semi-sedentarismo, porque, em meio às relações homem-lugar antropológico culminam na sedentariedade local, ou seja, assentar fixamente num território, pois sua identidade também está relacionada ali.

Conforme já mencionado no segundo capítulo, os ciganos cruzaram (e ainda cruzam) o globo terrestre devido ao estigmatização étnico-racial, falta de recursos básicos etc., que resulta, em muitos casos, em sobrevivência e luta pela vida em meio à escassez. O povo cigano é de cultura heterogênea, mas boa parte ignorante da sociedade e governos "acham" que é homogênea. Isso causa muita confusão, mas Shimura (2017) explica que "a macrociganidade engloba 'diversos grupos étnicos', cada qual com

> suas particularidades no que se refere a 'perpetuação biológica, compartilhamento de valores culturais, formas de interação e comunicação'" (p. 28, grifo do autor).

A realidade mesmo é que não há como padronizar ou homogeneizar culturalmente a ciganidade como um todo, generalizando, o que não é possível. Logo, nem todo cigano é nômade ou itinerante, sedentário e semi-sedentário, pois cada grupo tem sua particularidade.

A relação itinerância e espaço, de alguns grupos ciganos são marcados por grandes jornadas pelos não-lugares (viadutos, praças, paradas de ônibus, pontes etc.) que conforme Augé (1994, p. 87), "Vê-se bem que por "não-lugar" designamos duas realidades complementares, porém, distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio e lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços". Conforme este autor, se cada pessoa viaja, comercializa, paga tributos, utiliza cartões, descansa em pousadas e hotéis são ações que, infelizmente, podem aumentar as tensões de cunho privado e solitário, onde entram em contraste com os lugares assim chamados antropológicos, pois criam um social orgânico enquanto os não-lugares ocasionam o oposto.

Justamente dentre esses não-lugares, em que as relações subumanas são evidentes, a ciganidade sofre, padece e sobrevive, isto é, algumas etnias não assentadas fixa e permanentemente. Os mesmos "quando chegam aos espaços urbanos costumam permanecer em terrenos na periferia em condições subumanas sem saneamento ou energia elétrica" (NIQUETTI *apud* BAETA; MOREIRA; VIOTE, 2020, p.156). Antigamente, no século XIX, os ciganos eram "como nômades ou sedentarizados perambulavam por caminhos inóspitos e improváveis, acampados em áreas pouco propícias. Rechaçados permanentemente, os ciganos se viam forçados a permanecer por pouco tempo nas cercanias das cidades [...]" (BAETA; MOREIRA; VIOTE, 2020, p.155). Infelizmente "a única 'política pública' destinada aos ciganos pelo braço armado do Estado era mantê-los em permanente movimento forçado" (ibid., p.155). Teixeira (2008) traz à tona mais dessas barbáries:

> Uma vez burlada a legislação, iniciava-se a segunda via, explicitamente violenta. Procedia-se as perseguições instrumentais visando provocar um pânico entre os ciganos. Assim, em um momento de grande movimentação de ciganos e de forte repressão policial, surgiram as 'correrias' que, frequentemente, resultaram em sangrentos tiroteios (TEIXEIRA, 2008, p. 76).

Não há como mensurar tamanhas jornadas em busca da "terra prometida" em que um povo forte é massacrado por desejarem algo fixo, permanente ou estável. Essa movimentação constante não significa que querem mesmo esse estilo nômade, mas a falta de espaços que lhe cabem ou que os aceitem como gente, o que muitos gadjo não compreendem, nem aceitam a presença cigana, e assim, a humilhação de um povo que, literalmente sobrevive, é uma realidade, diante das intempéries sociais. Em 2019 na Comissão de direitos humanos: 46ª reunião extraordinária de 30/10/2019 às 14:00 - audiência pública, "segundo a liderança cigana Valdinalva Caldas [conselheira de promoção da igualdade/MG], do Acampamento Cigano de São Pedro, em Ibirité/MG: 'Na cidade há lugar para deixar o lixo..., mas não arrumam um lugar para nós ciganos'." (BAETA; MOREIRA; VIOTE, 2020, p.157). Essa comparação tem seu significado enraizado em profundas sequelas da estigmatização étnico-racial.

A batalha das peregrinações forçadas, as humilhações um dia poderão fim para cada grupo étnico cigano, pois a liberdade de se assentar num ambiente calmo e longe de qualquer preconceito permanece como uma utopia. Todavia nisso, ainda é possível minimizar ao máximo, até que todos compreendam a milenaridade étnica deste povo. Suas lutas e combates, vitórias e derrotas no âmbito territorial discutiremos na próxima seção.

*Territorialização e processos identitários*

O que, na verdade, o território influi nas tratativas da ciganidade? Na geografia humanística, considerando todos os pormenores étnicos, "o território possui uma dimensão simbólica (significação) e uma material/econômica; a territorialização seria o processo de dominação ou apropriação do espaço" (GUIMARAIS, 2012, p. 84). Vamos ao conceito:

> Também, para Cara (1994), o território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço. a territorialidade é a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida (CARA *apud* VAZ, 2009, p 88).

Exatamente, como já tratamos a respeito, vale salientar que parte da vida está atrelada a um espaço territorial, em que seres humanos partilham e trilham por essa vereda da vida. É um verdadeiro dilema, um povo como este, gozar de pleno respeito e dignidade no tocante ao seu lugar antropológico. É um dilema por que "se mostra especialmente presente nesse caso em que um processo de regularização fundiária envolve o principal predicado do estereótipo cigano: o mito do nomadismo" (LIMA; DOLABELA, 2015, p. 83).

Ainda com base nesses autores, isso se comprova com o caso de São Gabriel, na região metropolitana de Belo Horizonte, cuja "parte da área não operacional da extinta RFFSA ocupada pelas famílias ciganas há mais de 30 anos" (p. 82). Nomadismo ou itinerância é sinônimo de ser cigano, para as autoridades e parte da sociedade. É inverdade a definição ou a rotulação como nômade. Há uma compreensão jurídica que seria um atributo natural desconsiderando as particularidades de suas vivencias. Será mesmo que é isso? De praxe, "os ciganos não contam com um suporte jurídico-institucional fora da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e de sua inclusão, tangencial, nos espaços e nas políticas públicas para as populações tradicionais" (LIMA; DOLABELA, 2015, p. 82). Esse problema revela o contraste que há em comparação com outros grandes povos brasileiros como quilombolas e indígenas.

Os Calon de São Gabriel conquistaram, graças aos esforços de alguns do poder público e a AGK, pois enfrentaram preconceitos ao longo das décadas, mas vencendo uma batalha de cerca de 30 anos, encerrada em 2013. Este esforço fica como exemplo para as outras comunidades que desejosamente aderiram à modalidade sedentária de vida.

A verdadeira topofilia conforme Schneider (2015) é um profundo sentimento adquirido historicamente entre o homem e o seu lugar ou território. Como descrever esse lugar de memória de acordo com o pensamento e sentimento de uma comunidade que vivenciou décadas de ofensivas e despejos? Será que os Calon de São Gabriel tinham um território transitório ou o consideravam como seu espaço permanente? O poder público afirmava e acreditava, sem conhecimentos de causa (ou não), que aquele povo era nômade

ou itinerante, então qual a real identidade espacial e territorial Calon? É identidade itinerante? Será?

Aquele lugar antropológico para os Calon era, segundo Augé (1994), um não-lugar, pois se encontra numa margem de estradas, numa rodovia, obviamente. Um incrível sofrimento e humilhação ao longo de décadas, sob às margens dos anéis viários. Aquele povo da carruagem vermelha experimentou uma peculiar história de sofrimentos e vitórias. Tendo em vista que sua territorialidade não significa, necessariamente, assentar temporariamente em qualquer terreno, contudo é ter dignidade e direitos básicos como qualquer brasileiro, como qualquer sedentário.

Desde agora vamos discorrer e transitar brevemente pela historicidade, causa e atualidade do processo de regularização fundiária dos Calon de Sousa, a maior comunidade cigana da América Latina, no coração do Sertão da Paraíba. As primeiras famílias chegaram há mais de 40 anos, "dividiam-se em três comunidades: a do Chefe Pedro Maia, habitante no Rancho de Cima, e as dos chefes Vicente e Eládio, ambas compondo o Rancho de Baixo. Ali chegaram entre 1982 e 1987" (SIQUEIRA, 2012, p. 18). Quando nos anos 90, Monnen (2012) contabiliza, números que totalizavam entre 417 e 445 ciganos nos três acampamentos. Aquelas famílias eram nômades ou seminômades, pois peregrinavam pelo vasto território nordestino, principalmente pelos sertões, serrados, campos, etc., isso devido aos gostos e costumes de comercializar animais e a viver de bicos, oferecendo sua mão de obra aos fazendeiros.

No princípio do corrente milênio perceberam que estariam em processo de sedentarização. E o motivo ou a percepção interna? Uma boa parte dos Calon assentados nas margens das rodovias afirmavam, segundo Moonen (2012) que "'Deus deu um tempo para o cigano andar, e outro para morar. Agora Deus disse para nós parar'. Segundo outro informante deixaram de andar 'porque foi vontade de Deus, foi tudo concebido por Jesus'" (p. 8). Essas declarações revelam suas religiosidades, no âmago seus pensamentos, todavia os grandes motivos da sedentarização foram, segundo Moonen (2012) o processo de industrialização do Brasil que inviabilizou o comércio de equinos como animais de carga; a construção das rodovias que viabilizou mobilidade e migração dos fazendeiros para as grandes cidades, com isso os ciganos ficaram sem serviços a prestar para estes, e "ao que tudo indica, foi este êxodo dos proprietários rurais para as grandes cidades um dos principais motivos pelos quais os ciganos tiveram que abandonar a sua vida nômade, ou seja, foi a causa principal de sua sedentarização" (ibid., p. 9). Em resumo, Moonen (2012) enfatiza que "os fatores macroeconômicos [...] (industrialização, mecanização rural, êxodo dos proprietários

rurais, aumento do número de estabelecimentos comerciais no interior)" (p. 10) foram alguns fatores que certamente fizeram com que se tornassem compulsória e permanentemente sedentários.

Um verdadeiro dilema viver todo esse tempo e não desfrutar da legalidade fundiária, mesmo depois de 40 anos de lutas. Certamente os Calon de Sousa fixaram seus sentimentos ali, mas aonde? No não-lugar, numa margem de Rodovia Federal, situando-se na altura do Km 463 da BR-230. Augé (1994) confirma que este é um não-lugar, porque são pontos de passagem, de trânsito, e mesmo assim ocorrera a topofilia entre os Calon e aquela área semidesértica. Tornou-se um lugar antropológico, espaço de vivência e permanência. Então, o que resta? Viver para ver o tão sonhado momento de a regularização territorial ser concretizada.

À medida que os espaços territoriais são cobiçados e disputados por outros indivíduos, vai se dificultando a problemática da regularização, mesmo instalados numa área desvalorizada (no passado) e periférica. Agora que está bem mais valorizada economicamente, estabelecem-se, por parte dos gadjo a oposição pelo que era antes um não-lugar, o qual só servia por transitoriedade. Certamente aquela realidade espacial faz conexão à identidade Calon ali residente. E se fosse uma comunidade gadjo, como seria o processo de regularização fundiária? Será que perduraria mais de 40 anos? Certamente que não, pois prevalece o estigma generalizado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos brevemente, pois não cabem nesta pesquisa bibliográfica, tanta riqueza antropológica sobre um povo milenar de cultura oral e heterogênea, que valoriza o território onde vive, assentado de sua maneira, mesmo em barracas ou alvenaria. Sabemos que a territorialidade cigana ocupa uma vastidão temática e que, quanto mais adentrarmos, inúmeros problemas em mais de 20 estados brasileiros descobriremos, então é necessário ajustarmos e não ficarmos somente na teoria, pois conforme Augé (1994), a antropologia é a disciplina daqui e agora, pois aquele que executa os trabalhos legítimos procura um local onde há os nativos e ali descreve, procura solucionar as causas, atenuar circunstâncias e apresentar soluções.

## REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Valdir de Almeida. **Direitos Básicos dos Ciganos**. Maringá, PR, 2017.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BRASIL, **Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.html>. Acesso em: 07 abr. 2021.

BAETA, Alenice; MOREIRA, Gilvander; VIOTE, Thales. Povos ciganos: percursos, resistências e direitos de um povo milenar: o cerco está se fechando. In: BRASIL. **Ministério Público Federal**. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. Brasília: MPF, 2020.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CENSO 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=1612&t=munic-2009-apenas-7-1-municipios-tem-delegacia-mulher&view=noticia> Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 9 abr. 2021.

DOLABELA, Helena. Direitos ciganos e tradução etnográfica: uma experiência de atuação antropológica na defesa de territórios da diversidade. In: BRASIL **Ministério Público Federal**. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. Brasília: MPF, 2020.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil**: MG – Ciganos lutam por regularização fundiária em favor da comunidade Calon, do bairro São Gabriel. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-ciganos-lutam-por-regularizacao-fundiaria-em-favor-da-comunidade-calon-do-bairro-sao-gabriel/>. Acesso em 2 de Abr. de 2020.

FONSECA, Isabel. **Enterre-me em pé** - a longa viagem dos ciganos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GELI, Carles. "Marc Augé: Com a tecnologia já carregamos o 'não-lugar' em cima, conosco". **EL PAÍS**, Barcelona, 31 jan. 2019. Tecnologia Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/31/tecnologia/1548961654_584973.html>. Acesso em: 16 abr. 2021 .

GUIMARAIS, M. T. S. **O associativismo transnacional cigano: identidades, diásporas e territórios**. 2012. (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2013.

LIMA, Débora; DOLABELA, Helena. Dilemas da Diversidade em Um processo de Regularização Fundiária: O caso de Ciganos Calon em Belo Horizonte. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1 e 2, p. 80-103, jan./dez. 2015.

MOONEN, Frans. **Rom, Sinti e Calon – os assim chamados ciganos**. E-texto n.1. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2000. Disponível em: http://www.dhnet.org.br Acesso em: 17 abr. 2021.

_____. **Anticiganismo**: Os ciganos na Europa e no Brasil. Educadores dia a dia. 2011. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/anticiganismo.p f> Acesso em 07 abr. 2020.

_____. **Ciganos Calon no município de Sousa**/PB (1993 - 2011). 2012. Associação Internacional Maylê Sara Kali – AMSK/Brasil. Disponível em: <http://www.amsk.org.br/imagem/pdf/FMO_2013_CiganosCalonSousa.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **Ministério Público Federal da Paraíba.** MPF move ação de usucapião coletiva para regularizar moradias da maior comunidade cigana Calon estudada e documentada do Brasil. Diponível em: <http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/mpf-move-acao-de-usucapiao-coletiva-para-regularizar-moradias-da-maior-comunidade-cigana-calon-estudada-e-documentada-do-brasil> Acesso em: 19 abr. 2021.

PORTELA, Graça. **Ciganos no Brasil**: saúde e preconceitos. Fiocruz, 2019. Disponível em: https:<//www.icict.fiocruz.br/content/ciganos-no-brasil-sa%C3%BAde-e-preconceitos#:~:text=O%20IBGE%20n%C3%A3o%20faz%20a,e%20um%20milh%C3%A3o%20de%20pessoas>. Acesso em: 09 abr. 2021.

SCHNEIDER, Luis Carlos. Lugar e Não-Lugar: espaços da complexidade. **Ágora.** Santa Cruz do Sul, v.17,n. 01, p. 65-74, jan./jun. 2015. DOI 10.17058/agora.v17i1.5311. ISSN 1982-6737. Disponível em: https:<//core.ac.uk/download/pdf/228492074.pdf>. Acesso em 09 fev. 2021.

SHIMURA, Mário Igor. **Ser Cigano**: A identidade étnica em um acampamento Calon itinerante. Maringá: Amazon, 2017.

SILVANO, Filomena. **Antropologia do Espaço**. Lisboa: Documenta, 2017.

SIQUEIRA, Robson de Araújo. **Os Calon do município de Sousa-PB**: dinâmicas ciganas e transformações culturais. 2012. (Mestrado em Antropologia) – Centro De Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, UFPE, 2012.

TEIXEIRA, Rodrigo Côrrea. **História dos Ciganos no Brasil**. E-texto n.2. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/rct_historiaciganosbrasil2008.pdf >. Acesso em: 16 abr. 2021.

VAZ, Ademir Divino. Geografia e diversidade cultural. Territorialização de um grupo cigano em Goiás, Brasil. **Cuadernos de Geografía, Revista Colombiana de Geografía**. Bogotá, Colômbia, n.º 18, Bogotá, Colombia, pp. 83-97. 2009.